

# IMAGINANDO DIFERENTES "SÃO PAULO" NO IMPÉRIO ALEMÃO: PERSPECTIVAS SOBRE A IMIGRAÇÃO (1890-1905)

PICTURING DIFFERENT STATES OF *SÃO PAULO* IN THE GERMAN  
EMPIRE: PERSPECTIVES ON IMMIGRATION (1890-1905)

## **Bruno Gabriel Witzel de Souza**

Doutor em Economia do Desenvolvimento pela Universidade de Goettingen (Goettingen/Alemanha).

Pesquisador associado ao Instituto de História Econômica e Social da Universidade de Goettingen (Goettingen/Alemanha).

E-mail: [bwitzel1@gwdg.de](mailto:bwitzel1@gwdg.de)

Recebido em: 18 de setembro de 2020

Aprovado em: 25 de novembro de 2020

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RPR | a. 18 | n. 1 | p. 24-53 | jan./abr. 2021

DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v1i0.2426>

**RESUMO**

Para analisar algumas percepções populares alemãs sobre a imigração para São Paulo na virada para o século XX, este artigo utiliza duas fontes relativamente desconhecidas do público atual: o conto infanto-juvenil *"Die Ansiedler von São Paulo"* de Edgard Reinhold (1897) e um ensaio sobre as comunidades alemãs em São Paulo de Carlos Frederico Scheler (1905), publicado no almanaque *"Erstes Jahrbuch für die deutschsprechende Kolonie im Staate São Paulo"*. O artigo demonstra a persistência das visões negativas sobre São Paulo na Alemanha ainda na virada para o século XX, fruto principalmente das experiências com trabalhadores rurais endividados, empregados sob o sistema de parceria em meados do século XIX. Outros temas relevantes discutidos pelos autores incluíam: (i) a insegurança dos direitos de propriedade na aquisição de terras e (ii) as dificuldades de acesso à justiça brasileira pelos estrangeiros. Reinhold e Scheler apresentam visões antagônicas sobre estes pontos – o que se explica pela natureza dos textos, suas fontes e públicos esperados. No entanto, ambos adotam uma perspectiva homogeneizante para abordar a presença alemã no estrangeiro; tem-se nos dois a formulação do arquétipo dos "alemães do estrangeiro" (*Auslandsdeutsche*), conforme pensado para servir aos interesses do Império Alemão. Finalmente, o artigo discute a regionalização dos estudos de imigração no Brasil e propõe paralelos entre o sul e o sudeste, conforme discutido por Reinhold e Scheler.

**Palavras-chave:** Imigração. Comunidades alemãs. São Paulo.

**ABSTRACT**

This paper studies some popular German perceptions about immigration to São Paulo at the turn to the twentieth century by making use of two sources that are relatively unknown to modern audiences: the story *"Die Ansiedler von São Paulo"* from Edgard Reinhold (1897) – a tale for the youth – and an essay about the German communities of São Paulo by Carlos Frederico Scheler (1905) published in the almanac *"Erstes Jahrbuch für die deutschsprechende Kolonie im Staate São Paulo"*. This article demonstrates the persistence in Germany of some negative views about São Paulo at the turn to the twentieth century, a consequence mainly of the experiences with indebted rural laborers employed under sharecropping contracts by the mid-nineteenth century. Other relevant themes discussed by the sources include: (i) the insecure property rights on landownership and (ii) problems that foreigners faced to access the Brazilian justice. Reinhold and Scheler have antagonistic understandings about these points – which is comprehensible considering the nature of these two texts, their own sources and their expected readers. However, the authors adopt a homogenizing perspective to deal with the German presence outside Germany; we perceive in both texts the creation of an archetypical "German living abroad" (*Auslandsdeutsche*), conceptualized to serve the interests of the German Empire. Finally, this article debates the regionalization of immigration studies in Brazil and proposes tracing more parallels between the southern and southeastern regions, as also discussed by Reinhold and Scheler.

**Keywords:** Immigration. German communities. São Paulo.

## 1 INTRODUÇÃO

Até a década de 1930, a imigração de povos de língua alemã para São Paulo despertou as mais variadas paixões políticas. De um lado do Atlântico, discursos laudatórios sobre uma suposta “raça germânica” misturaram-se frequentemente com a xenofobia de outros autores; ambos perderam-se frente à racionalidade econômica da necessidade de braços, que atraiu para a lavoura cafeeira uma massa de trabalhadores das mais variadas nacionalidades a partir da segunda metade da década de 1880. Do outro lado do Atlântico, o economicamente pujante sudeste brasileiro fomentava sonhos quase tão ardentes quanto o imaginado clima tropical brasileiro; à “febre de emigrar” daí resultante opunha-se a tese de que o sistema de trabalho rural prevalente em São Paulo era análogo à escravidão; embora não tenham se perdido, ambas visões diluíram-se nos interesses políticos e econômicos da Alemanha pós-1871 e continuaram – ainda que de maneira diversa – nas relações comerciais e de investimentos com o estado de São Paulo ao longo de todo o século XX.

Hoje, às vésperas do bicentenário oficial da imigração alemã para o Brasil, nota-se em São Paulo um curioso ressurgimento do interesse pela Alemanha, não só, mas principalmente fundamentado em temas genealógicos. Uma gama de iniciativas surgiu nas duas primeiras décadas do século XXI para o estudo das influências alemãs no sudeste brasileiro, incluindo grupos de pesquisa genealógica, comunidades online e festividades populares e folclóricas ligada ao passado migratório alemão. Mas da mesma maneira como nos séculos XIX e início do XX pairava um véu místico sobre o Brasil e sobre São Paulo nas percepções populares alemãs – tema deste artigo –, hoje subsistem sobretudo no interior paulista dois mitos: o da imigração desconhecida e o da Alemanha moderna.

O primeiro mito – o da imigração desconhecida – tende a dar à imigração de língua alemã em São Paulo ares diferenciados, geralmente conectada à busca pelo antepassado alemão e pelas quase mitificadas razões de um sobrenome estranho ter parado ali em meio a tantos *Santos*, *Silvas* e *Souzas*. Surge daí a perspectiva incorreta de que a imigração de povos de língua alemã recebeu menos atenção da literatura acadêmica ou que seja menos conhecida que a história de outras ondas migratórias, sobretudo a italiana, dado o peso numérico desta para São Paulo. De fato, a bibliografia sobre a imigração alemã é tematicamente tão rica quanto numericamente vasta. Seyferth (1988) fornece uma revisão da literatura sobre a imigração alemã para o Brasil, que remete até a produção acadêmica das décadas de 1950 e 1960, com autores clássicos, como Emilio Willems, Leo Waibel, Egon Schaden e Carlos Oberacker Jr. Domschke *et al.* (2011), por sua vez, fizeram a mais completa compilação da literatura sobre o Brasil publicada em alemão de 1500 a 1900. Os textos organizados cronológica e tematicamente em Bolle e Kupfer (2013) fornecem ótimas introduções para as várias categorias de imigrantes alemães no Brasil.

Para São Paulo, colocado em perspectiva nacional, sobretudo comparativamente aos estados do sul, Seyferth (2002) continua a ser a leitura mais completa, embora não focada apenas em imigrantes de língua alemã. Finalmente, Witzel de Souza (2016) e Kupfer (2020/21) trazem revisões bibliográficas sobre a imigração alemã para São Paulo nos séculos XIX e começo do XX<sup>1</sup>.

Toda esta vasta bibliografia não implica, porém, que o tema foi esgotado<sup>2</sup>. Pelo contrário: o surgimento de novas fontes, sobretudo em formato digital, tem demonstrado que ainda há muitas nuances importantes da imigração para o Brasil a serem conhecidas – mas aqui o alemão está em pé de igualdade com quaisquer outras ondas migratórias. Ademais, a não-excepcionalidade da imigração alemã não implica ausência de especificidade: a emigração alemã precedeu o período de emigrações em massa de europeus e declinou antes das demais, principalmente como resultado das políticas sociais de Bismarck (KHOUDOUR-CÁSTERAS, 2008). Ademais, durante a primeira metade do século XIX, a imigração alemã foi a preponderante no Brasil; nos estados do sul – mas não em São Paulo – sua especificidade foi a da colonização de terras em núcleos relativamente homogêneos (SEYFERTH, 1988, pp. 4-7). Essas facetas são efetivamente específicas da imigração alemã, mas não implicam excepcionalidade e só podem ser compreendidas em perspectiva comparada.

Embora ligada ao ponto anterior, a segunda mistificação relacionada à imigração alemã no Brasil tem origens históricas mais distantes e implicações diplomáticas mais diretas: trata-se da percepção relativamente anacrônica ainda prevalente no Brasil a respeito dos posicionamentos da Alemanha atual na esfera internacional. Desde o fim da II Guerra Mundial, a República Federal da Alemanha mudou suas diretrizes de política externa, sobretudo na América Latina (MONIZ BANDEIRA, 2011). O foco deixou de ser a influência sobre o conceito etno-linguístico de “alemães do exterior” (*Auslanddeutsche*) – uma política que prevalecera desde meados do século XIX, conforme veremos neste artigo – e passou a aproximar-se mais de interesses estratégicos e econômicos (GOODMAN, 2015). No entanto, a percepção cultural no Brasil a respeito do “alemão” dificilmente poderia ter-se modificado tão rapidamente quanto estas alterações institucionais. Isto levou a uma cunha entre as representações folclóricas do passado alemão no Brasil – em alguns casos recriadas nos últimos anos – e as novas diretrizes do posicionamento alemão

<sup>1</sup> Vale lembrar ainda das publicações do *Instituto Martius-Staden*, sobretudo seu Anuário (*Jahrbuch*).

<sup>2</sup> Um ponto continua tão válido hoje quanto em 1988, quando Seyferth (p. 35) concluiu que “[...] apesar do grande número de trabalhos publicados, a imigração e colonização alemã no Brasil estão longe de ser um assunto esgotado”. Uma lacuna importante apontada pela autora – a carência de mais trabalhos analíticos, com menos cunho memorialístico – tem sido preenchida, conforme a bibliografia do presente artigo indica.

na esfera global como um país cada vez mais aberto e orientado ao multilateralismo – com foco na União Europeia.

O presente artigo busca desconstruir partes desses dois mitos através de uma perspectiva histórica. Para tanto, será analisado o reverso da moeda, ou seja, serão estudadas algumas das percepções alemãs sobre São Paulo na virada para o século XX presentes em duas fontes histórico-literárias. Com isso, o artigo convida o leitor a uma reflexão sobre as perspectivas a respeito da Alemanha hoje frente às perspectivas que alguns alemães tinham sobre São Paulo nos idos de 1890-1905. Ao público acadêmico, deixa-se uma análise sobre a história da imigração para São Paulo a partir de fontes ainda relativamente pouco conhecidas.

A primeira destas fontes é uma narrativa infanto-juvenil de 1897 intitulada "*Os colonos de São Paulo*", por Edgard Reinhold. Trata-se de um romance de aventuras em que um interior paulista imaginário serve de palco para povoadores alemães demonstrarem o valor construtivo de seu caráter frente a adversidades como a violenta expulsão de suas terras por um agente de imigração estelionatário e a resistência a um ataque de "selvagens" na fronteira agrícola. Apesar do baixo valor literário e das muitas incorreções históricas, o livro de Reinhold fornece três imagens importantes: (i) a mistificação do Brasil na literatura popular alemã da virada para o século XX; (ii) a perpetuação na Alemanha de visões negativas sobre direito de propriedade e acesso à justiça em São Paulo – críticas que remontam a meados do século XIX; e (iii) a construção de um ideário mitificado do alemão no exterior, visto como um baluarte de cultura e trabalho. A segunda fonte é um texto de Carlos Frederico Scheler publicado em 1905 no "*Primeiro anuário para a colônia de língua alemã no estado de São Paulo*". Editado pela tipografia Adolph Uhle de São Paulo, o anuário tinha por objetivo tornar conhecidas do público alemão as condições prevalentes no estado de acordo com os autores selecionados. Para além de informações factuais sobre comunidades de língua alemã espalhadas pelo interior paulista no início do século XX, o texto de Scheler demonstra a aceitação na Alemanha da ideia de que o sistema de parceria empregado com estrangeiros em São Paulo seria uma forma de escravidão branca. Ao refutar esta tese, Scheler forneceu não apenas detalhes da multiplicidade dos regimes de imigração prevalentes em São Paulo, mas também buscou demonstrar a potencialidade que a imigração para a região poderia ter para os interesses da Alemanha. Embora a publicação de Scheler seja profundamente diferente do romance historicamente pouco informado de Reinhold, nota-se um aspecto comum entre eles: a conceptualização de uma homogênea comunidade alemã no estrangeiro, com uma identificação etno-linguística suficientemente forte para superar todas as outras clivagens – como de origem, posição socioeconômica, diversidade cultural etc. – e capaz de servir aos interesses da pátria de origem no destino para o qual emigraram.

A escolha destas fontes implica uma abordagem específica para a história da imigração alemã: tratam-se de percepções alemãs sobre São Paulo no ápice da *era das migrações de massa* e da consolidação do ideário do “alemão do exterior”, que serviu como um dos fundamentos da política externa da Alemanha na América do Sul. Ademais, a virada para o século XX marcou um novo período imigratório. Durante o século XIX, a imigração de povos de língua alemã – incluindo suíços e austríacos – estivera relacionada principalmente (i) a trabalhadores endividados para as fazendas; (ii) ao assentamento familiar em colônias do governo; e (iii) às contratações de trabalhadores especializados para obras públicas. No começo do século XX, tornaram-se mais comuns os alemães imigrados espontaneamente para os centros urbanos mais dinâmicos (SIRIANI, 2013). No entanto, este artigo salienta como as experiências imigratórias em São Paulo em meados do século XIX ainda influíam muito diretamente nas alternativas pensadas na Alemanha sobre sua política emigratória. Relatos como os utilizados neste artigo tinham, portanto, um impacto no imaginário europeu e em sua política externa, refletindo o que Pratt (2007) chamou de “zonas de contato”. Trata-se, neste caso, da relação de um *império* emergente – a Alemanha pós-1871 – com uma região politicamente independente, mas fortemente sujeita a influências externas; neste caso, Pratt (2007) discute como a representação “do outro”, principalmente em relatos de viagem, auxiliava na formação das culturas domésticas de potências europeias<sup>3</sup>.

Naturalmente, a escolha desses dois textos implicou deixar de lado alternativas relevantes, como relatos de viajantes alemães que estiveram em São Paulo desde o começo do século XIX; cartas de imigrantes publicadas em periódicos pró-emigração; relatórios sobre as condições de vida nas fazendas; ou memórias de alemães e alemãs que viveram e trabalharam em São Paulo. No entanto, os textos de Reinhold e Scheler relacionam-se a uma gama de autores que discutiram São Paulo em língua alemã no século XIX. Essas fontes têm ligações diretas ou indiretas com obras escritas por visitantes alemães – como o Dr. Walter Kundt; com relatos de trabalhadores de língua alemã nas fazendas de café – como Thomas Davatz; e com publicistas envolvidos nos debates da política imigratória para o Brasil – como Friedrich Gerstäcker. Em todos esses casos, a imigração para São Paulo foi sempre colocada em perspectiva com os demais estados brasileiros. A clara separação sul-sudeste nos estudos de imigração é fruto principalmente do século XX. Conquanto esta diferenciação forneça categorias analíticas corretas e extremamente úteis para pensar o processo imigratório e seus efeitos de curto e longo prazo, este texto volta a sugerir que perspectivas regionalmente mais integradas sobre a imigração para o Brasil podem gerar alguns benefícios interpretativos.

<sup>3</sup> Agradeço a um revisor anônimo por esta indicação de leitura.

O artigo foi organizado da seguinte maneira. A seção 2 resume esquematicamente a história da imigração alemã para São Paulo. Ao estudar a heterogeneidade de experiências imigratórias nos séculos XIX e XX, esta seção salienta o caráter ideológico da construção de um tipo alemão “único” para representar os “alemães do exterior” (*Auslandsdeutsche*). A seção 3 discute como o interior paulista foi imaginado por Edgard Reinhold para servir de palco para os ideários alemães do Império Guilhermino e como se perpetuaram na Alemanha de fins do século XIX percepções negativas sobre São Paulo advindas de meados daquele século. Precedendo as considerações finais, a seção 4 aborda o texto de Carlos Scheler; o foco da análise está na desconstrução da ideia da “escavidão branca” por aquele autor e como esta correta refutação relacionava-se ao projeto de interesses alemães no sudeste brasileiro.

## **2 IMIGRAÇÃO DE POVOS DE LÍNGUA ALEMÃ EM SÃO PAULO (1820-1920)**

As contribuições das diversas ciências sociais para os estudos de imigração têm importantes diferenças de foco. De um lado, a economia e a história econômica tendem a salientar as características unificadoras do processo imigratório ao estudar os aspectos universalmente racionais da decisão de emigrar. O foco aqui está nos determinantes da imigração e como estes influem sobre a seletividade dos estrangeiros em suas características observáveis e idiossincráticas – como profissão, nível educacional e traços de personalidade (BAINES 1994; BORJAS 1994; HATTON; WILLIAMSON 2009)<sup>4</sup>. De outro lado, a antropologia social e a história cultural focam-se na individualização da experiência imigratória. Neste sentido, os imigrantes são vistos como um grupo detentor de identidade própria, para além de uma síntese entre a cultura do país de origem e de destino (SEYFERTH, 1988, pp. 30-4; 2011, pp. 47-8)<sup>5</sup>. Os estudos da imigração alemã para São Paulo refletem algumas das dificuldades de alinhar essas visões. Embora pouco numerosa frente a outros estrangeiros – sobretudo portugueses, italianos e espanhóis –, a imigração alemã manteve-se relativamente contínua por praticamente um século, com a exceção de breves períodos. Embora compartilhassem uma origem geográfica comum e fossem vistos pela população local como estrangeiros reconhecíveis pela língua e/ou por um fenótipo – ‘*lemoada de zóio azul*’ –, esta longa história gerou as mais variadas experiências imigratórias, que influenciaram os interesses

<sup>4</sup> Estes autores foram citados como representantes de uma literatura extremamente rica. O leitor é convidado a consultar-lhes as bibliografias e aquelas presentes nas críticas de Massey *et al.* (1993) e Haas (2011, 2014).

<sup>5</sup> Não sendo a minha área de conhecimento, entendo que esta assertiva possa ser oposta por especialistas. No entanto, parecem-me claros os desafios de interdisciplinaridade a serem enfrentados pelos estudos de imigração.

econômicos e projetos políticos do Brasil e da Alemanha (SCHADEN, 1956, p. 44; PENNY, 2015, p. 252; SCHULZE, 2015, p. 408).

Uma maneira esquemática de contornar esta dificuldade é considerar as diversas ondas imigratórias de acordo com categorias socioeconômicas e políticas imigratórias. Os alemães em São Paulo podem, em sua quase totalidade, ser classificados como pertencentes aos seguintes grupos: (i) povoadores das colônias oficiais do governo; (ii) trabalhadores, geralmente especializados, contratados para obras e empresas públicas; (iii) trabalhadores contratados para as fazendas de café, geralmente endividados e sob o sistema de parceria; (iv) imigrantes espontâneos para o meio rural, sobretudo para núcleos fundiários privados; (v) imigrantes espontâneos para o meio urbano; (vi) estrangeiros com alto grau de especialização profissional ou capital – incluindo-se comissários, representantes de casas comerciais, banqueiros, engenheiros, cientistas etc., mas excluindo-se o corpo diplomático e viajantes.

O problema desta abordagem é ignorar os muitos indivíduos que fizeram parte simultaneamente de diversas categorias ou moveram-se entre elas ao longo do tempo. Ademais, outras nacionalidades podem ter tido representantes esporádicos em todas essas categorias, de modo que elas não são exclusivas dos alemães. A diferença, no entanto, está no grau de participação e na continuidade da imigração alemã em cada uma das referidas categorias. Com essas ressalvas, é possível concluir que a duração foi o elemento distintivo da imigração alemã para São Paulo, assim como a quantidade o foi da imigração italiana.

Cronologicamente, a imigração alemã para São Paulo tomou corpo a partir de 1828, com a fundação de uma colônia oficial em Santo Amaro, nas proximidades da capital da província. Os pouco menos de mil imigrantes ali estabelecidos foram engajados pela missão que o governo imperial atribuíra a Anton von Schaeffer para arrematar colonos rurais, artesãos e mesmo soldados; foram os frutos desta missão de arrematamento e contratação que já em 1824 deram origem a São Leopoldo (SEYFERTH, 1988, p. 5; KAMPHOEFNER, 2000, pp. 201-2; DREHER, 2013). Cerca de trezentas outras pessoas foram encaminhadas em 1827 para a colônia Rio Preto, atualmente no Paraná. Este experimento de colonização em Santo Amaro foi extremamente controverso por conta dos subsídios que o governo paulista forneceu aos imigrantes durante suas estadias em Santos e São Paulo, dado que nenhuma providência havia sido tomada para a criação da colônia quando da chegada dos imigrantes (ZENHA, 1950; SIRIANI, 2003). Depois de muitas dificuldades, a colônia de Santo Amaro fragmentou-se em um segundo núcleo – em Itapeverica –, por conta de dissensões entre católicos e protestantes, assim como na formação de pequenos grupos de estrangeiros espalhados entre Itanhaém e Cubatão (ZENHA, 1950; SIRIANI, 2003; WITZEL DE SOUZA, 2019, p. 25).

Paralelamente – e principalmente até a década de 1850 –, o governo paulista levou adiante, com grau limitado de sucesso, a contratação de trabalhadores, principalmente de operários especializados para a manutenção e abertura de estradas e para a *Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema*, a fundição pública localizada em Sorocaba. À época, via-se nos alemães trabalhadores capacitados para ambas as tarefas (KUPFER *et al.*, 2016).

Simultaneamente, aumentava a demanda de fazendeiros por mão de obra, sobretudo na nova fronteira agrícola do planalto paulista próximo a Campinas, ao mesmo tempo em que cresciam as pressões para o fim do tráfico negreiro. De fins de 1840 a meados de 1860, imigrantes de língua alemã – incluindo suíços – foram engajados como trabalhadores endividados para as fazendas paulistas. Neste esquema de contratação, fazendeiros da elite paulista com projeção política nacional recebiam apoio do orçamento público para adiantar os custos da viagem transatlântica e da manutenção da família imigrante, que se comprometia a repagar o débito com os frutos de seu trabalho nas fazendas. O contrato era geralmente o de parceria, em que os lucros da produção dos cafeeiros e da terra cultivada com mantimentos pela família eram divididos com o proprietário da terra (VIOTTI DA COSTA, 1998; CORRÊA DO LAGO, 2014)<sup>6</sup>.

A aplicação do sistema de parceria com endividamento familiar gerou diversas disputas entre imigrantes e fazendeiros, sendo a mais conhecida a greve de trabalhadores suíços e turíngios – que depois deixaram o movimento – na fazenda *Ibicaba*, do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, liderada pelo mestre-escola Thomas Davatz em fins de 1856 (DAVATZ [1858] 1941; TSCHUDI [1866] 1953). Dadas as várias inspeções nas fazendas, comunicações diplomáticas e debates políticos, a Confederação Helvética e diversos principados alemães levantaram medidas cautelares contra a emigração para São Paulo (HEFLINGER, 2007, 2009). Motivada ainda pelos relatos negativos sobre a colônia oficial do Mucuri, em Minas Gerais, a Prússia decretou em 1859 o *Rescrito de Heydt*, que proibiu a propaganda pró-emigração para o Brasil e cancelou diversas licenças de engajadores de imigrantes.

O impacto do *Rescrito de Heydt* na imigração alemã para o Brasil ainda é tema controverso (CAMPOS, 1969, pp. 155-171; KAMPHOEFNER 2000, p. 205). No entanto, conforme veremos nas próximas seções, estes episódios marcaram profundamente a percepção alemã sobre São Paulo pelo menos até a virada do século XX (SEYFERTH 1988, p. 3). O sistema de parceria, a posição social dos imigrantes nas fazendas – incluindo o mito de que haviam sido transformados em “escravos brancos” – e a questão do acesso

<sup>6</sup> Estes autores foram citados como representantes de uma rica historiografia sobre a transição da escravidão no Brasil. O leitor encontrará na bibliografia daqueles trabalhos as demais referências clássicas.

à justiça no Brasil foram os temas mais recorrentes dos textos que serão analisados no restante deste artigo.

A partir de 1871, o Império Alemão incorporou da Prússia o *Rescrito de Heydt*. No entanto, a unificação alemã e sua entrada efetiva na disputa imperialista fizeram com que crescesse o interesse oficial alemão nos países latino americanos. Forbes (1978) chamou esta orientação de "*imperialismo informal*" da Alemanha na América do Sul – ou seja, um concerto de interesses econômicos e políticos sobre uma região reconhecidamente independente, mas passível de influência dos poderes centrais e, portanto, nas esferas de competição da Alemanha com a Inglaterra, EUA e França (CAMPOS, 1969; SEYFERTH, 1988, pp. 21-2; PENNY, 2015, p. 357).

A presença de imigrantes alemães passou a ser vista como uma cabeça-de-ponte para uma estratégia de aproximação econômica e influência informal. De fato, alemães liberais-nacionalistas de meados do século XIX já haviam reconhecido este efeito colateral positivo da imigração, mas foi o Império Guilhermino que adotou uma estratégia mais clara de influência sobre as comunidades imigrantes (RINKE, 2007; PENNY, 2015, p. 347)<sup>7</sup>. O problema que se colocou foi o de homogeneizar comunidades que eram extremamente diversas. Clivagens de origem, classe, religião e até mesmo de língua (dialetos) começaram a ser pressionadas para caber dentro de um conceito geral, mas hermético, de "alemães do estrangeiro" (*Auslanddeutsche*) (GOODMAN, 2015, p. 423). Ademais, o governo alemão iniciou tentativas de centralizar as diversas associações fundadas espontaneamente por imigrantes em mais de meio século – sobretudo, mas não apenas, as escolas. Embora houvesse apoio de certos grupos, esta intromissão em assuntos até então localmente organizados não ficou sem reação por parte das comunidades imigrantes, que muitas vezes reconheciam a si mesmas sob "identidades-hifenadas" de brasileiros-alemães ou alemães-brasileiros (PENNY, 2015; GOODMAN, 2015). Este foi outro tema central das fontes analisadas: na virada para o século XX, buscou-se comprimir as diversas experiências imigratórias vistas acima em um ideal único do "alemão".

Deve-se notar, contudo, que a política doméstica do período Bismarckiano reverteu a tendência dos Estados Alemães de meados do século XIX de estimular a emigração como medida de diminuição de pobreza ou de alinhamento aos interesses das companhias de navegação, sobretudo de Bremen e Hamburgo. No período de rápida industrialização, a saída de mão-de-obra não era bem vista pela elite,

<sup>7</sup> Kamphoefner (2000, pp. 203, 207) nota a endogeneidade dessas variáveis, posto que a emigração podia ser fomentada porque certos Estados Alemães desejavam aumentar suas relações comerciais com as Américas; ou as relações comerciais intensificavam-se por conta dos imigrantes naquelas regiões. Vide a precedência do desenvolvimento comercial alemão no Brasil descrito em Campos (1969).

ao mesmo tempo em que as políticas Bismarckianas de seguridade social diminuíram a saída de alemães a partir da década de 1880 (KHOUDOUR-CÁSTERAS, 2008, pp. 217-8). Ademais, as disputas com o Brasil relativamente à situação dos imigrantes intensificaram-se a partir de 1871, inclusive com momentos de tensão diplomática (CAMPOS, 1969, pp. 171-3; WITZEL DE SOUZA, 2019, pp. 215-7). Desse modo, a estratégia pós-1871 era aglutinar os alemães que já estivessem no estrangeiro e que ainda não houvessem se assimilado à cultura daqueles países.

Até a virada do século XX, o percentual de alemães no total imigrado para São Paulo diminuiu sensivelmente. Os alemães não foram parte da imigração de massas subsidiada pelo governo paulista para trabalharem nas fazendas. No entanto, a proporção de alemães nas novas colônias fundadas pelo governo a partir de 1870 esteve acima da proporção alemã na população paulista (WITZEL DE SOUZA, 2019, pp. 35-38); novos assentamentos rurais privados com alemães foram criados na fronteira agrícola (SILVA VAROLO, *et al.*, 2015); e grande número de alemães passou a procurar os centros urbanos pujantes de São Paulo, Campinas e Santos. Esta tendência manteve-se durante a renovada emigração da República de Weimar, que se beneficiou da participação alemã no comércio internacional do café e no financiamento agrícola (SIRIANI, 2013; KIESLING, 2019; BRUZZI, *et al.* 2019). No entre-guerras, o Brasil reassumiu a vice-liderança na América relativamente ao número de imigrantes alemães (RINKE, 2008, p. 43). Embora mais cautelosa que o Império, a República de Weimar manteve a estratégia de ligar-se aos imigrantes como forma de recuperar o prestígio alemão abalado pela I Guerra Mundial e garantir o fornecimento de matérias primas e de mercados para a economia em reconstrução. Não é de se admirar que a pujante São Paulo dos anos de 1920 atraísse tanto os olhos daqueles desejosos de emigrar quanto dos governantes. Frente às novas clivagens do pós-guerra, sobretudo relacionadas à derrocada do Império Alemão, a estratégia de homogeneização das comunidades alemãs no estrangeiro ficara ainda mais descolada da realidade, embora tenham sido retomada agressivamente *a posteriori* e uma última vez pelo governo nazista (RINKE, 2008).

### **3 UMA SÃO PAULO IMAGINADA: OS POVOADORES DE EDGARD REINHOLD**

Em 1897, Edgard Reinhold publicou um romance sobre a imigração de famílias alemãs no interior de São Paulo. O livro combina o louvor ao “caráter alemão” com a literatura de aventuras infanto-juvenis em ambientes exóticos aos olhos europeus – temas típicos do Império Guilhermino (vide levantamento de Obermeier 2016). Com uma narrativa linear e personagens previsíveis mesmo para uma história infantil, não surpreende que o livro não tenha sobrevivido de um ponto de vista literário. No entanto, suas

cinco edições em quatro décadas indicam certo sucesso entre os contemporâneos, implicando algum espraiamento de suas visões a respeito de São Paulo num período intermediário entre a imigração de trabalhadores endividados no século XIX e as novas imigrações no entre-guerras.

Como fonte histórica, o livro chama a atenção por confundir diversos tipos de imigrantes em sua narrativa. A estória começa com *imigrantes espontâneos*: as famílias Braun, Baumann, Heidenreich, Sommer e Lange dirigiam-se ao Rio Grande do Sul, mas acabaram ludibriadas por um agente de imigração de nome Machado a comprarem terras em uma “Colônia do Governo” (*Regierungskolonie*) nas proximidades de Porto Feliz<sup>8</sup>. Após dois anos de trabalho árduo, os colonos tiveram suas terras e as melhorias nelas construídas confiscadas pelo delegado de Porto Feliz a mando do agente Machado, um estelionatário. Enquanto os Braun, Baumann e Heidenreich radicaram-se em uma *posse privada de terras* no vale do Rio Pardo, os Sommer e Lange buscaram resistir, em vão, àquele abuso de Machado e do delegado. Como consequência, a família Lange decaiu até o fim do livro à condição de *trabalhadores forçados por um contrato* – uma reminiscência distorcida do sistema de endividamentos ou do trabalho forçado por descumprimento contratual de meados do século XIX. Embora a maioria das críticas ao tratamento dispensado aos estrangeiros seja romanesca ou preconceituosa – opondo o arquétipo do trabalhador alemão ao explorador brasileiro –, os temas da insegurança jurídica na posse de terras e do acesso aos meios legais de defesa merecem destaque.

Publicado originalmente pela editora popular berlinense de A. Weichert sob o título “*Ataque aos povoadores. Uma narrativa desde os ermos da América do Sul*”<sup>9</sup>, o livro recebeu o título mais específico de “*Os colonos de São Paulo*” em suas versões posteriores. Nas cinco edições publicadas até 1937, a organização do livro sofreu variações que sugerem o interesse do público na temática romantizada da emigração para as Américas<sup>10</sup>. *São Paulo* foi grafado corretamente apenas em 1937, sendo precedido pelas versões *San Paulo* e *San Paolo*, possivelmente mais palatáveis ao público infante-juvenil alemão. O subtítulo “*Uma narrativa da vida fazendeira*”<sup>11</sup> em duas edições estava mais alinhado com a política imigratória prevalente em São Paulo, mas não propriamente com a temática do livro.

<sup>8</sup> *Machado* é possivelmente uma corruptela para *Machado* ou *Macedo*. Outras corruptelas curiosas incluem *Alemano*; *Bougres* – uma fonética próxima em alemão do português *Bugres*, definidos como “*Selvagens*” (*Wilde*); e *senhor Delegado*, com substantivo maiúsculo, como no alemão.

<sup>9</sup> Tradução livre para “*Die überfallenen Einsiedlenen. Eine Erzählung aus den Wildnissen Süd-Amerikas*”.

<sup>10</sup> A análise a seguir foi realizada com base no levantamento bibliográfico de Obermeier (2016, pp. 278-9).

<sup>11</sup> Tradução livre para “*Eine Erzählung aus dem Pflanzerleben*”.

Finalmente, é importante salientar que as diversas edições foram complementadas por outros textos. A mais longa incluiu o conto "*Em direção à guerra. Uma narrativa sobre a vida indígena*", de M. Peters<sup>12</sup>, e duas narrativas de Friedrich Gerstäcker: "*Caçada na caverna*" e "*Com o Juiz de Paz*"<sup>13</sup>; enquanto que a última edição trouxe outro conto de Gerstäcker: "*John Wells*". Essas narrativas complementares tratavam da temática das aventuras de povoadores europeus em conflito ou aliança com indígenas norte-americanos. Deixando-se de lado a riqueza de fantasias que as diversas ilustrações dessas edições por Max Wulff e Martin Ränike devem ter despertado na juventude alemã, saliente-se aqui a maneira estilizada, por vezes caricata, como os nativos eram representados: com poucas exceções, os indígenas paulistas foram estilizados como apaches norte-americanos. Estes pontos demonstram um desconhecimento factual do objeto do livro não apenas pelo autor, conforme salientado por Obermeier (2016, p. 278), mas também pelo corpo editorial.

*San Paolo* pode ser entendido, portanto, mais como um palco ficcional que uma localidade geográfica. Apesar de o prefácio qualificar o livro como uma história verídica (*lebenswahre Geschichte*), o Brasil é entendido como uma unidade homogênea, uma terra distante, incomensurável; o país é menos um espaço geográfico e mais um colosso de barro, que o trabalho alemão ajudaria a moldar, transformando aquelas "amplas terras em uma rica região de cultura".

Concretamente, a história desenrola-se nos arredores de dois povoados rurais fundados pelos imigrantes nas proximidades dos municípios de *Port Feliz* e *Sao Matthão*. A segunda "cidadezinha" (*Städchen*)<sup>14</sup> foi imaginada pelo autor a cerca de três dias e meio de marcha em lombo de mulas para o norte de Porto Feliz, passando por uma erma região de campos (*Grasflächen*), sem menção a outras vilas ou localidades. Em todo caso, as bacias hidrográficas do Tietê e do Rio Pardo servem como pontos de referência, o que talvez fosse uma confusão do autor com o sistema de colonização do sul do Brasil, onde as colônias eram estabelecidas ao longo de uma "linha", ou seja, uma picada, que tendia a seguir o curso de uma bacia hidrográfica (SEYFERTH, 1988, nota de rodapé 3). Fantasias tropicais misturam-se a alguns clichês neste espaço. Por um lado, são recorrentes os louvores à fertilidade do solo; a natureza retribuiria aos estrangeiros aquilo que a sociedade brasileira lhes negava: a família Lange, por exemplo, sustentara-se com raízes e bagas selvagens (*wilde Beeren*) na floresta nos arredores de Porto Feliz depois de expulsos de suas terras – uma estratégia de sobrevivência tropical romantizada e impensável na

<sup>12</sup> O subtítulo da segunda edição dá a falsa impressão de que "a narrativa da vida fazendeira" é de M. Peters.

<sup>13</sup> Traduções livres para "Aus dem Kriegspfade. Eine Erzählung aus dem Indianerleben"; "Die Jagd in der Höhle"; e "Beim Friedensrichter".

<sup>14</sup> Diminutivo indicativo apenas de tamanho, sem conotação depreciativa.

severidade climática da Europa setentrional. Por outro lado, a floresta “virgem” – com seus selvagens – e as chuvas torrenciais são antíteses que ajudam a salientar a diligência e a coragem do “caráter alemão”. Ademais, a botânica do livro é mais simbólica que real, fruto de uma concepção que homogeneizava os “trópicos”. Na imaginária *Nova Vila Hessen* fundada no vale do Rio Pardo, os alemães reuniam-se sob uma castanheira (*Paranussbaum*) em frente à casa do patriarca Braun, muito embora esta espécie seja nativa do norte do Brasil. Na nova *Heimat*, a castanheira tornava-se o equivalente tropical do carvalho, símbolo do nacionalismo alemão<sup>15</sup>.

Apesar destas incongruências, compreensíveis frente a seu objetivo, o livro aborda (nem sempre corretamente) três temas históricos que serão discutidos no restante desta seção: (i) as políticas imigratórias prevalentes em São Paulo; (ii) a insegurança dos direitos de propriedade no Brasil<sup>16</sup>; e (iii) a dificuldade que estrangeiros enfrentavam para ter acesso à justiça. Misturados a um preconceito evidente, estes pontos vêm resumidos no excerto:

Braun já havia tido ocasiões suficientes para saber que estrangeiros não podiam esperar nada dos tribunais brasileiros. / Ainda que se veja com bons olhos e que se faça de tudo para que imigrantes estrangeiros, especialmente alemães, mudem-se para o país [Brasil], tão logo os estrangeiros ali chegam e já são colocados praticamente na mesma altura que os negros no que se refere aos seus direitos legais. Vê-se que o brasileiro acima de tudo procura por trabalhadores úteis [no estrangeiro] e nada além disso (REINHOLD, 1937, p. 19).

O livro não discute os motivos da emigração, mas indica que as cinco famílias tinham capital suficiente para estabelecerem-se por conta própria em uma colônia no sul do Brasil. O agente Machedo ludibriou-os, porém, a comprarem terras em uma colônia oficial estabelecida não no *Rio Grande*, mas na localidade em que se encontravam. Aqui, o autor coloca o sudeste brasileiro como uma região comum, dado que a colônia era em São Paulo e os imigrantes encontravam-se então no Rio de Janeiro. Por outro lado, a definição de *Regierungskolonie* é bastante clara e correta frente à realidade histórica: “Por esta designação [de colônia do governo], entendem-se terras que ainda estão sob o domínio do governo e que são alocadas pelo pagamento das taxas governamentais usuais” (p. 3). As outras políticas de colonização

<sup>15</sup> Conforme Pratt (2007, p. 3 – tradução livre), a literatura de viagens dava ao leitor europeu um sentimento de “propriedade, titularidade e familiaridade sobre partes distantes do mundo [...]”; a castanheira como símbolo reflete bem este papel no conto de Reinhold.

<sup>16</sup> O ataque dos indígenas no vale do Rio Pardo poderia ser interpretado como outra expressão desta insegurança; no meu entendimento, contudo, trata-se apenas de um episódio de ação para o entretenimento do público-alvo.

são definidas frente a esta iniciativa pública: “Em oposição a estes distritos coloniais há aqueles que já passaram às mãos de especuladores de terra e que podem ser adquiridos ou a preços altos ou como contrapartida a obrigações que são, na maioria dos casos, bastante opressivas, a saber: a prestação de serviços pessoais” (pp. 3-4; meu grifo).

Há neste trecho uma incorreção interessante que permeia toda a narrativa: trata-se da ideia de que existiam em São Paulo contratos draconianos de obrigações pessoais que limitavam a liberdade e a mobilidade. Depois de expulsa da colônia em Porto Feliz pelos capangas de Machedo, a família Sommer entrara neste tipo de arranjo. Os colonos “livres” que adquiriram suas próprias terras discutem em duas ocasiões como resgatar aquela família de suas obrigações contratuais (*Vertrag/Kontrakt*). A última cena do livro é o retorno dos Sommer ao seio da colônia livre, hermética e alemã no vale do Rio Pardo, resgatados com uma recompensa que o próprio agente Machedo dera-lhes depois que os alemães salvaram-lhe a vida em um acidente.

Este temor de uma servidão pessoal – mistificada propagandisticamente desde meados do século XIX na falsa ideia de uma “escravidão branca” – foi uma herança de longo prazo do sistema de parceria e endividamento de estrangeiros contratados como trabalhadores rurais (SEYFERTH, 1988, pp. 9-10). É interessante notar como até 1937, ano da última edição, ainda se perpetuava na Alemanha o temor de que em São Paulo eram comuns contratos opressivos que levavam ao empobrecimento e brutalizavam os europeus<sup>17</sup>. Reinhold, porém, incorreu em uma omissão, pois não há menção a trabalhadores rurais estrangeiros, mas apenas a povoadores/colonizadores; e em um erro, pois a prestação de serviços pessoais foi definida como uma forma de *aquisição de terras*, não como um contrato de *trabalho rural*. Buarque de Holanda (1941, pp. 7-8) foi possivelmente o primeiro a discutir como a denominação *colônia* para as experiências trabalhistas em São Paulo confunde-se com o uso corrente no sul do Brasil, onde o termo refere-se a comunidades de pequenas propriedades de imigrantes. Em Reinhold vê-se a contrapartida europeia desta confusão de termos, pois todo arranjo imigratório no livro tem em vista a aquisição de terras, nunca o trabalho agrícola: o substantivo “colônia” (*Kolonie*) refere-se a assentamentos fundados pelos alemães em Porto Feliz e no vale do Rio Pardo; e o termo “assentamento” (*Ansiedlung*) é propriamente sinônimo de *Kolonie*.

<sup>17</sup> Outra reminiscência da experiência imigratória em São Paulo refere-se ao caráter inescrupuloso de Machedo, vagamente chamado de “agente”. Historicamente, agentes de imigração foram culpabilizados com frequência por má fé frente aos imigrantes e alegada má seleção dos estrangeiros. Embora por vezes justificáveis, essas acusações eram em grande parte exageradas, decorrentes da busca por bodes-expiatórios externos que justificassem os fracassos internos das relações entre fazendeiros, imigrantes e autoridades brasileiras.

Embora o termo “colônia do governo” seja usado de maneira explícita no livro, o assentamento fundado pelos personagens em Porto Feliz – a *Vila Hessen (Hessendorf)* – não tem qualquer ligação com o *Núcleo Colonial Rodrigo Silva*, estabelecido pelo governo provincial paulista naquele município em 1886 (BALDINI, 2010, p. 134). O núcleo oficial tinha por objetivo garantir uma oferta segura de cana-de-açúcar para o Engenho Central e planejava a instalação de até mil estrangeiros, inicialmente contratados na Bélgica. Em 1893, aquela colônia oficial contava com 150 brasileiros e 121 estrangeiros, dos quais 62 belgas e um único alemão (PATRIMÔNIO BELGA NO BRASIL; POLAZ; BASSANEZI 2005)<sup>18</sup>. Já as duas colônias imaginadas por Reinhold são núcleos de povoamento pioneiros abertos por imigrantes em terras consideradas selvagens e virgens<sup>19</sup>. As “colônias” descritas no livro são, portanto, assentamentos estrangeiros privados, à semelhança do que efetivamente se deu em várias localidades do interior paulista, sobretudo nas proximidades das fazendas que empregaram o sistema de parceria. Dado o elevado custo da terra, grupos de estrangeiros geralmente saídos com saldos positivos das fazendas rateavam o custo de uma propriedade. Nesse sentido, *Villa Hessen* e *Vila Nova Hessen* são versões romantizadas, mas não totalmente descolada das iniciativas de imigrantes de língua alemã que fundaram comunidades rurais privadas, como a *Vila dos Pires* em Limeira (BEZERRA; 2001); de *Friedburg* em Campinas (KARASTOJANOV; 1998); de *Helvetia* em Indaiatuba (GRININGER, 1991); e da comunidade alemã em *Ferraz-Corumbataí* (VARUSSA, 2017)<sup>20</sup>.

No livro, a hermeticidade dessas colônias privadas dá uma solução fictícia e simples para a questão da identidade alemã. Um dos grandes problemas no século XIX para expandir o ideário dos “alemães do estrangeiro” era o fato de que emigrantes “alemães” haviam deixado suas regiões de origem pelo menos desde a segunda década do século XIX, o que implicava enormes heterogeneidades culturais, sociais, econômicas, políticas etc. (KAMPHOEFNER, 2000, p. 200; RINKE, 2008, pp. 45-8; SEYFERTH, 2011; PENNY, 2015 pp. 349-352; SCHULZE, 2015, pp. 406-8). Ademais, excetuando-se as primeiras colônias em Santo Amaro e Itapecerica, os núcleos coloniais oficiais paulistas eram muito heterogêneos quanto aos países de origem dos imigrantes e apresentavam grande rotatividade (WITZEL DE SOUZA, 2019, capítulo 1). Por outro lado, as “colônias privadas” (assentamentos) iniciavam-se com grupos menores e mais homogêneos, que se selecionavam dentre trabalhadores imigrantes de uma fazenda para comprarem terras em conjunto.

<sup>18</sup> Portal *Patrimônio Belga no Brasil*, do Belgian Club Brasil: [belgianclub.com.br](http://belgianclub.com.br).

<sup>19</sup> No contexto em que foi escrito, não surpreende que nem as personagens nem o narrador se questionem sobre a legitimidade moral – ainda que legalmente reconhecida – da posse de terras em áreas dominadas por indígenas.

<sup>20</sup> Todas essas comunidades imigrantes foram descritas também por Scheler (1905), discutido na próxima seção.

Os dois povoamentos fundados pelos Braun, Baumann, Heidenreich, Lange e Sommer são perfeitamente homogêneos. Exceto por diferenças de personalidade, não há clivagens de qualquer natureza: todos advêm da mesma vila (possivelmente nas proximidades hessianas de Mainz) e mesmo o patriarca Braun, o mais idoso, não faz distinções que remetam a heterogeneidades pré-Unificação. Esta homogeneidade fictícia servia para contrastar um suposto *ethos* alemão às populações locais<sup>21</sup>. No romance, Andreas Braun é a personificação do caráter alemão idealizado. Trata-se de um personagem de ação pautado por uma visão de longo alcance: é o patriarca que sempre decide para o bem da comunidade imigrante. Braun é um legalista que cumpre à risca todos os requisitos jurídicos para tomar posse de sua terra de acordo com a legislação do país de acolhida, mas que age sempre por princípios nobres e, portanto, não pode aceitar as injustiças da não aplicação da lei no Brasil. Para além de outros traços considerados ideais do alemão de fins do século XIX – como lealdade e confiabilidade – a afeição ao trabalho e a diligência produtiva são as idealizações mais recorrentemente mencionados no livro, em linha com a construção de um arquétipo do alemão no estrangeiro (CASSIDY 2015; PENNY 2015, p. 358). Preservados esses valores – a mensagem do livro é clara –, não haveria dificuldades que pudessem parar a faina construtiva do alemão. Assim, quando os capangas de Machedo tomam-lhes *Vila Hessen*, os imigrantes refundam-na quilômetros adiante como *Nova Vila Hessen*. Quando a estação das chuvas torrenciais lhes impede de melhorar suas moradias e trabalhar nas roças, a pequena comunidade reúne-se para preparar utensílios e outras conveniências domésticas – segundo Seyferth (2011, pp. 51-3), o espaço físico da residência era considerado elemento necessário para a manutenção da cultura alemã, seguindo-se à preservação da língua e da cultura imaterial<sup>22</sup>.

Os imigrantes de valor eram, portanto, aqueles que transplantavam sua cultura para um novo meio, dobrando-o com paciência à sua imagem e semelhança. A colônia ótima era suficientemente distante das vilas brasileiras para não implicar riscos de perda da germanidade, mas suficientemente integrada para (i) ter um impacto econômico positivo com a venda de excedentes agrícolas e (ii) influir tanto quanto possível em instituições injustas personificadas no agente, no delegado e em seus capangas. Nesse sentido, o agente Machedo é o antípoda do “caráter alemão” de Andreas Braun. A moral da Alemanha Guilhermina

<sup>21</sup> Trata-se da afirmação de si por oposição ao “outro”, uma estrutura recorrente na literatura de viagens (Pratt 2007, especialmente p. 4).

<sup>22</sup> Naturalmente, adaptações materiais tinham de ser realizadas (SEYFERTH, pp. 53-4); curiosamente, as vigas e telhados das casas construídas pelos personagens em *Nova Vila Hessen* usavam o símbolo por excelência do Brasil no imaginário alemão: a palmeira. Esta adaptação, no entanto, não impedia Reinhold (1937, p. 38) de imaginar que “[n]o tamanho, forma e constituição das casas e demais instalações, assim como suas posições umas em relação às outras, seguiu-se o modelo da velha pátria (*Heimat*), de modo que a nova vila era tão semelhante à antiga quanto um ovo é semelhante a outro”.

é gritante no desfecho do livro: Machedo é salvo de um acidente pelas vítimas de suas fraudes e redime-se; o trabalho alemão não apenas fez do solo bruto uma região próspera, como também converteu a degeneração moral pelo exemplo do caráter.

Embora sejam caricatos a ponto de serem simplórios – mesmo em um livro infanto-juvenil –, as relações entre o agente Machedo e Andreas Braun revelam algumas percepções prevalentes na Alemanha da virada para o século XX sobre o estatuto jurídico e a segurança institucional dos imigrantes no Brasil. Os trabalhadores alemães, geradores de valor material e imaterial, enfrentam continuamente obstáculos impostos pela estrutura de poder no Brasil.

A insegurança dos direitos de propriedade é o primeiro grande motivo tratado no livro e foi um problema efetivo para a consolidação das colônias oficiais em São Paulo mesmo depois de decretada a Lei de Terras de 1850, que devia ser o marco regulatório do mercado fundiário no Brasil<sup>23</sup>. A fraude praticada pelo agente Machedo recebe cores caricatas, mas problemas históricos com direito de propriedade prevaleceram nas primeiras colônias oficiais de São Paulo e mantiveram-se pelo menos até a década de 1860. Fraudados e expulsos do primeiro povoamento, os imigrantes fundaram *Nova Vila Hessen* em terras devolutas a partir de uma transação privada. No romance, o direito de propriedade foi garantido aos personagens da maneira usual prevista em lei: a família Braun reclamou uma porção de terras devolutas e recebeu o título depois de demarcá-la, o que na narrativa ocorre por um golpe de sorte, quando os imigrantes encontram um compatriota alemão como agrimensor na região.

A expulsão dos alemães do primeiro povoamento foi o resultado de um estelionato aplicado pelo agente Machedo, que se apropriou de todas as melhorias materiais realizadas pelos imigrantes, sob a alegação de que os colonos estiveram na terra indevidamente, impedindo-o de receber as rendas cabíveis. O agente Machedo fez uso de seu poderio econômico para colocar o “senhor Delegado” de Porto Feliz sob seu comando – que, como Machedo, personifica a degradação moral, agindo por interesses corruptos. Ademais, o delegado exercia simultaneamente as funções de policial, administrador público e juiz, impedindo que se recorresse a outras instâncias locais do aparato de estado. Ainda que o aspecto institucional seja menos importante para a narrativa que os traços caricatos dos personagens, o livro faz aqui uma crítica ferrenha à insegurança jurídica a que estavam submetidos os estrangeiros no Brasil, o que podia transformar-se em agressões físicas pelo uso de uma clientela de capangas e em prisões arbitrárias para atender a interesses privados.

<sup>23</sup> Seyferth (1988, pp. 6-7) discute como a insegurança jurídica e a demora na obtenção dos títulos de propriedade prevaleceram também na colonização do sul do Brasil.

#### 4 UMA SÃO PAULO REINTERPRETADA: A COLÔNIA ALEMÃ DE CARLOS F. SCHELER

Muito diverso do romance de Edgard Reinhold é o ensaio de Carlos Frederico Scheler, "*Contribuições para o conhecimento do Estado de S. Paulo e suas comunidades [colônias] alemãs*", publicado no "*Primeiro anuário para a colônia de língua alemã no estado de São Paulo*"<sup>24</sup>. Diametralmente opostos ao texto infanto-juvenil estudado acima são o público, estilo, fontes e proximidade de Scheler com seu objeto. Por outro lado, semelhantemente ao livro de Reinhold, este ensaio (i) reflete algumas percepções alemãs sobre um estado brasileiro economicamente pujante e, como tal, interessante para os negócios alemães; e (ii) auxilia na construção de uma ideia de unidade dos alemães no estrangeiro.

Em que naturalmente pesem as necessárias e usuais críticas da fonte histórica, o anuário no qual este ensaio foi publicado continua hoje tão precioso quanto desconhecido, mesmo do público acadêmico. Em 1905, a editora e tipografia de Adolpho Uhle – que publicava o periódico semanal de entretenimento e utilidade familiar *Der Hausfreund* ("O amigo do lar") – compilou esta publicação inteiramente focada no estado de São Paulo e em sua relação com a Alemanha. Além de informações estatísticas e dos calendários usuais, a publicação tem ainda características de almanaques comerciais e de almanaques literários. Ricamente ilustrado com fotografias, o anuário de 420 páginas inclui listas nominais de negócios ligados à Alemanha em São Paulo e anúncios, inclusive de empresas alemãs que desejavam tornar-se conhecidas do público de língua alemã em São Paulo. Para além do material literário usualmente esperado em um almanaque – como poesias de folhetim e expressões de opinião –, o anuário conta com 21 ensaios sobre o estado de São Paulo escritos por alemães ou por brasileiros (traduzidos), inclusive de alguns especialistas nos temas<sup>25</sup>.

Em seu ensaio, Scheler seguiu à risca as diretrizes colocadas por Uhle no prefácio editorial: o anuário objetivava informar detalhadamente o público de língua alemã a respeito das experiências imigratórias em São Paulo, que não justificariam, segundo suas visões, a campanha de oposição à emigração prevalente na Europa. Tanto Uhle quanto Scheler mencionaram explicitamente a campanha anti-emigratória para o Brasil nos Estados Alemães desde o *Rescrito de Heydt*, que claramente ainda influenciava discussões políticas no começo do século XX, embora as restrições legais de engajamento e propaganda tenham sido abolidas em 1893 para os estados do sul. Segundo as visões de Uhle e Scheler – explícitas ou implícitas –,

<sup>24</sup> Traduções livres para "*Beiträge zur Kenntniss des Staates S. Paulo [título] und seiner deutschen Niederlassungen [subtítulo]*"; "*Erstes Jahrbuch für die Deutschsprechende Kolonie im Staate S. Paulo*".

<sup>25</sup> Neste aspecto, o anuário aproxima-se de uma estrutura comum às publicações em alemão favoráveis à imigração para o Brasil ou que forneciam relatos laudatórios das experiências colonizadoras, sobretudo no sul do país (SEYFERTH 1988, pp. 11-2, 16, 19; *Idem* 2011, p. 55).

os interesses político-estratégicos e comerciais-econômicos da Alemanha refletiam-se na prosperidade da comunidades de língua alemã em São Paulo.

A preocupação fundamental de Scheler era rejeitar a tese de que imigrantes alemães recebiam em São Paulo um tratamento análogo aos escravos antes de 1888, velado sob o sistema de parceria. O autor criticou com severidade a propagação desta ideia na Alemanha, sobretudo na literatura de viagens e informações do começo do século XX. Scheler opôs-se em especial ao trabalho de Walter Kundt, "*Brasil e o seu significado para o comércio e indústria alemães*"<sup>26</sup>. Kundt explicava o grande número de italianos na cidade de São Paulo como consequência de um êxodo das fazendas, devido às más condições de trabalho sob o "jugo da parceria (uma forma refinada de escravidão, ainda que não denominada desta maneira)". Para refutar esta assertiva, Scheler salientou as diversas oportunidades econômicas disponíveis aos imigrantes e criticou a falta de fontes seguras e contemporâneas de Kundt.

Ainda que o tenha feito de maneira interessada e apaixonada, Scheler lançou mão de uma categorização refinada para explicar as diferentes políticas imigratórias prevalentes na história do Brasil independente. O autor identificou quatro sistemas de imigração, aplicados em São Paulo. Os dois mais antigos, segundo ele, teriam sido as colônias oficiais para a formação de um pequeno campesinato – como em Santo Amaro e Rio Preto – e a contratação oficial de imigrantes para atividades específicas, inclusive de trabalhadores rurais sob o sistema de parceria. Embora Scheler não o explicita, ele parece ter incluído na segunda categoria também a contratação de trabalhadores especializados para obras públicas, pois mencionou os exemplos da imigração de pequenos grupos "germânicos", inclusive de suecos, em uma provável referência às contratações para a *Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema*. A terceira categoria, a partir de 1870, foi a imigração espontânea, sobretudo para os centros urbanos – naturalmente incluindo a própria cidade de São Paulo, descrita como moderna e com alta qualidade de vida pelos padrões europeus. O autor ilustrou esta categoria referindo-se à migração interna no Brasil de alemães e descendentes inicialmente radicados no sul, assim como a imigração – principalmente de italianos, mas também de alemães – da Argentina para São Paulo em 1891-92. Finalmente, Scheler descreveu o sistema de colonato – sem usar esta denominação – como a forma de contratação rural mais prevalente em São Paulo na época, que envolvia pagamento fixos pelas carpas, enquanto que a colheita gerava um lucro que variava positivamente com os cuidados aplicados pelas famílias no trato de seus cafezais.

<sup>26</sup> Tradução livre para "*Brasilien und seine Bedeutung für Deutschlands Handel und Industrie*".

Para o leitor atual, esta diferenciação de tipos de imigrantes demonstra agudeza de observação; para os leitores contemporâneos, o objetivo era refutar a tese de que os imigrantes podiam ser submetidos a formas de exploração análogas à escravidão: frente a tantas alternativas em uma economia pujante, os abusos dos fazendeiros poderiam ser apenas pontuais, nunca sistemáticos.

Esta diferenciação de imigrantes por tipos históricos e socioeconômicos não impediu Scheler de homogeneizar a comunidade alemã em São Paulo na categoria única da "*deutsche Kolonie*". Quando empregado de maneira independente – sem outros radicais ou qualificação<sup>27</sup> –, o termo *Kolonie* refere-se neste texto sempre a uma comunidade estrangeira homogênea. Exatamente como no romance pouco informado de Reinhold, a tendência interpretativa sobre os alemães no estrangeiro era pela homogeneização. Embora Scheler mencione diversas clivagens socioeconômicas, religiosas, generacionais e urbano-rurais entre os alemães de São Paulo, a origem "germânica" foi considerada pelo autor como uma linha mestra que unificava toda aquela diversidade histórica e contemporânea.

Contudo, a definição de "alemão" variou de acordo com as necessidades do autor, afinal uma categorização estrita por nacionalidade inviabilizaria o uso do termo para outros grupos nacionais considerados "germânicos" ou "de língua alemã". Em linha com o título do próprio anuário, a uniformização pela língua foi a mais utilizada para abarcar simultaneamente alemães, austríacos e suíços. Em outros casos, o autor usou uma justificativa étnica, típica de eugenia e racismo do século XIX, ao incluir os suecos no grupo de uma suposta "cepa germânica" e identificar imigrantes do Tirol como alemães-tiroleses<sup>28</sup>. Finalmente, a diversidade econômica entre os alemães foi paradoxalmente considerada como outro elemento unificador. Embora os alemães estivessem representados nos mais variados setores da economia, sociedade e ciências paulistas, Scheler interpretou estas variações como evidência do potencial de cooperação com a Alemanha. O autor evitou explicitamente discussões de classe neste ponto. Em sua visão, embora a "colônia alemã da cidade de São Paulo e seus arredores constitu[a]-se de diversas categorias profissionais", ela estaria sub-representada entre os trabalhadores desqualificados

<sup>27</sup> As "colônias de parceria" são tratadas pelas nomenclaturas contratuais de *Halbpacht* ou *Parcerie*; as colônias oficiais receberam a denominação usual de *Staatskolonien*, ou apenas *Kolonien* após uma qualificação; os assentamentos privados foram chamados de *Ansiedlungen* – com qualificações análogas para o termo "*Kolonie*".

<sup>28</sup> A interpretação das causas do progresso econômico paulista nas conclusões de Scheler vai na mesma direção, mitificando de modo racista o habitante de São Paulo como uma mistura entre portugueses e indígenas, desse modo minimizando a contribuição ou mesmo a presença dos negros em São Paulo".

(pp. 178-9) – uma sentença que me parece baseada mais em um juízo de valor que em uma constatação empírica, ao associar a “germanidade” a classes sociais mais altas<sup>29</sup>.

Ao criticar a visão de Walter Kundt sobre a imigração para São Paulo, Scheler buscou também desacreditar a validade contemporânea de dois autores que serviram de fonte para Kundt: Thomas Daratz [sic] e Friedrich Gerstäcker. Scheler não questionou a veracidade do relato do líder da *Revolta dos Parceiros*, mas considerava o livro publicado por Thomas Davatz em 1858 já bastante antigo e superado na prática trabalhista das fazendas em 1905. Por outro lado, dois livros de Friedrich Gerstäcker que faziam referência a São Paulo – “*A colônia no Brasil*” e “*O contrato de parceria no Brasil*”<sup>30</sup> – foram desqualificados por Scheler, que considerava Gerstäcker um autor romanesco e fantasioso.

Para os propósitos deste artigo, é importante lembrar que três contos de Friedrich Gerstäcker foram publicados em conjunto com duas edições de “*Os colonos de São Paulo*” de Edgard Reinhold, sugerindo certa ligação no imaginário alemão sobre o Brasil com a figura de Gerstäcker. Embora fosse um conhecedor mais profundo do sul dos EUA, Friedrich Gerstäcker esteve na América do Sul em três ocasiões, a partir das quais se engajou na imprensa de língua alemã no Brasil e sobre o Brasil para defender a imigração para as regiões sulinas, que colocava à parte do restante do país (CASSIDY, 2015, p. 378). O sul do Brasil era retratado por Gerstäcker quase como um país próprio, onde a “germanidade” podia manter alegados traços de pureza étnica e cultural. Nesta diferenciação geográfica, Cassidy (2015, p. 378) salienta a visão de Gerstäcker de que os três estados do sul eram livres não apenas do calor reinante no restante do país, mas também isento do *sistema de parceria*<sup>31</sup>.

Debates sobre as condições geográficas (sobretudo climáticas) e socioeconômicas das diversas regiões brasileiras ocuparam frequentemente autores de língua alemã. Dado seu objetivo de promover as relações da Alemanha com o estado de São Paulo, não surpreende que a distintividade dada ao sul do Brasil por Gerstäcker tenha sido oposta por Scheler, que empreendeu grandes esforços para categorizar São Paulo frente às demais unidades federativas brasileiras, mas que o levou também à tentativa de aproximar São Paulo da região sul. De acordo com Scheler, em termos de localização, São Paulo poderia ser considerado como parte do *Brasil do Leste* – que incluiria ainda Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Outra categorização de natureza geográfico-econômica excluiria a Bahia para formar o *Brasil Central* com estados bem conectados pela malha ferroviária e pela economia cafeeira – ao qual

<sup>29</sup> Seyferth (1988, p. 27) salienta como a literatura sobre a imigração alemã tendeu a ignorar o proletariado originado do campesinato de algumas colônias alemãs no sul, focando-se na elite econômica e empreendedora.

<sup>30</sup> Traduções livres para “*Die Kolonie in Brasilien*” e “*Der Parcerievertrag in Brasilien*”.

<sup>31</sup> Vide a bibliografia sobre Gerstäcker em Cassidy (2015, nota de rodapé 44).

o autor acrescentou o Paraná, de certa maneira quebrando a classificação geográfica. No entanto, de um ponto de vista da geografia física – incluindo categorias hidrográficas, topográficas e climáticas –, Scheler buscou classificar São Paulo como parte dos *Estados do (Rio) Paraná*. O objetivo de colocar São Paulo na mesma região favorecida pela imigração alemã há um século – o sul do Brasil – é latente. Portanto, embora Scheler refutasse as alegações de Gerstäcker sobre São Paulo, ele ainda assim adotou a estratégia dominante de salientar a diferenciação do sul do Brasil e sua importância para as relações com a Alemanha, adicionando ali a pujança econômica paulista.

Esta diferenciação de visões sobre as condições de imigração no sul e no sudeste do Brasil – particularmente entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, de um lado, e São Paulo, de outro – surgiu no início do século XIX, intensificou-se pelos problemas diplomáticos com o sistema de parceria, consolidou-se nos debates políticos na Alemanha Unificada, manteve-se firme até a virada para o século XX e perpetuou-se pelo menos até a República de Weimar<sup>32</sup>. A imigração pelo sistema de parceria e endividamento em São Paulo influenciou não apenas na política brasileira de imigração ao longo da *era de migrações de massa*, mas também nas discussões internacionais a respeito de destinos alternativos, particularmente entre os alemães. Este longo e intenso debate político deu as bases empíricas às interpretações acadêmicas do século XX sobre a imigração para o Brasil. Buarque de Holanda (1941), Willems (1950) e Schaden (1956) foram pioneiros ao criarem categorias analíticas para aqueles debates de natureza político-econômica. Willems (1950), em especial, relacionou os assentamentos (*Ansiedlungen*) de estrangeiros no sul do Brasil a objetivos políticos – como valorização de terras e aumento da base tributável *do governo* –, enquanto que associou a imigração em São Paulo a interesses privados da grande economia rural (*plantation*). Seyferth (1988) cristalizou essa concepção ao ver na colonização relativamente homogênea e isolada, baseada na pequena propriedade no sul do país, o elemento distintivo da própria imigração alemã no Brasil<sup>33</sup>. A consequência observada por Buarque de Holanda (1941) e Willems (1950) foi a de que grupos imigrantes em São Paulo não puderam manter-se homogêneos devido a duas formas intensas de mobilidade: a

<sup>32</sup> Rinke (2008, p. 43) salienta que autoridades alemãs durante a República de Weimar continuavam cautelosas contra a emigração para São Paulo baseada em políticas de endividamento familiar de longo prazo.

<sup>33</sup> O tema do isolamento das colônias alemãs no sul do Brasil tem sido motivo de revisões historiográficas que consideram a participação destas comunidades na vida política, em cargos administrativos e na formação de redes entre colônias e municípios. Witt (2013) apresenta um resumo destas contribuições mais recentes.

econômica, que criava clivagens mesmo dentro de grupos com uma origem comum; e a espacial, com sucessivas ondas migratórias para regiões em franca expansão econômica, tanto urbana quanto rural<sup>34</sup>.

A corretude desta categorização ficou patente com estudos de caso que demonstraram a variabilidade regional entre o sul e o sudeste no que tange à imigração e suas consequências (vide SEYFERTH, 1988, 2002). Embora essas categorias continuem inquestionavelmente úteis, pesquisas recentes têm demonstrado analiticamente aquilo que autores contemporâneos haviam observado – dentre eles, Scheler: embora tenha havido políticas dominantes de imigração em diversas regiões, as elites locais não podiam ignorar as tendências gerais prevalentes no país, sendo, portanto, mutuamente influenciadas regionalmente. As migrações de alemães do sul do Brasil para São Paulo – como a descrita por Scheler ou aquelas estudadas, por exemplo, por Seyferth (1988) e Silva Varolo *et al.* (2015) –, devem ter influído na política de colonização rural do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Recentemente, Silva Ferreira (2020) demonstrou a prevalência, ainda que por pouco tempo, de arranjos trabalhistas sob o sistema de parceria na colônia Dona Francisca – prova incontestada de que o sul do Brasil não era “livre” daquela forma de organização do trabalho. Finalmente, este artigo demonstrou que a comunidade alemã em São Paulo e o público alemão interessado em São Paulo entendiam esta província/estado no contexto mais amplo da imigração para o sul-sudeste brasileiros – categorias suficientemente fluídas no imaginário alemão para permitirem a Scheler colocar o caso paulista tanto em paralelo com a economia cafeeira de Minas Gerais e Rio de Janeiro, quanto com as políticas migratórias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proximidade do bicentenário oficial da imigração alemã para o Brasil é uma oportunidade para revisitarmos algumas fontes dos séculos XIX e XX que nos rememorem das intensas conexões existentes entre as experiências migratórias nas diversas regiões brasileiras. Este artigo mostrou o impacto que as experiências de meados do século XIX tiveram na percepção alemã sobre São Paulo já na virada para o século XX – fosse de maneira imaginada, como no livro infanto-juvenil de Edgard Reinhold, fosse por revisão dos interesses alemães na América do Sul, como no caso do almanaque germano-paulista para o qual contribuiu Carlos Scheler.

<sup>34</sup> Schaden (1956, p. 43) e Seyferth (2011, pp. 55-59) observam clivagens semelhantes mesmo nas colônias mais homogêneas do sul do Brasil à medida em que estas eram emancipadas politicamente (e, portanto, recebiam o aparato burocrático do Estado brasileiro) e/ou desenvolviam-se economicamente.

A insegurança dos direitos de propriedade, a falta de acesso à justiça para os estrangeiros e os regimes de trabalho rural alegadamente abusivos forneceram os motes para a sociedade paulista imaginada por Reinhold, à qual o autor opôs o também imaginado ideal alemão do Império Guilhermino, ou seja, indivíduos homogeneamente pacíficos, mas inerentemente justos, trabalhadores e perseverantes, capazes de vencer as adversidades de quaisquer novos meios em que se inserissem. Carlos Scheler, por sua vez, buscou desconstruir a maior parte das concepções negativas sobre o estado de São Paulo, que por sua pujança econômica era considerado por ele como um bom destino para imigrantes e região de interesse estratégico para a Alemanha. Scheler não mencionou o livro de Reinhold e talvez não o conhecesse, mas fê-lo com os livros de Thomas Davatz – cuja veracidade não negava, embora já o cresse ultrapassado meio século depois de sua publicação – e de Friedrich Gerstäcker – que curiosa e casualmente teve três narrativas suas sobre os EUA publicadas juntamente com o conto de Reinhold. Vimos ainda como a argumentação de Scheler baseou-se corretamente na refutação de que o sistema de parceria em São Paulo era uma forma velada de escravidão aplicada contra imigrantes. O artigo discutiu a persistência das experiências históricas com a imigração de meados do século XIX, que continuavam a influir nas percepções alemãs – e possivelmente europeias – na virada para o século XX.

Finalmente, estudamos a tentativa de Scheler de identificar São Paulo com os estados do sul do Brasil, considerados como a região de colonização alemã por excelência, na qual a identidade do alemão-hifenado não se perdia, ou seja, onde o teuto-brasileiro ou o brasileiro-teuto assumia a cidadania da nação de hospedagem, mas mantinha a nacionalidade cultural e os contatos com a nação de origem. A fluidez das categorizações regionais propostas por Carlos Scheler remete a uma proposição sobre o enfoque dos estudos de imigração no Brasil. Em sua contribuição seminal à história da imigração, Thistlethwaite ([1960] 1991) criticou a antiga perspectiva norte-americana de considerar aquele país a região padrão de imigração contra a qual as demais deveriam ser comparadas; Kamphoefner (2000) usou esta motivação para estudar os determinantes da imigração alemã na América Latina. Uma proposição análoga pode ser útil aos estudos da imigração dentro do Brasil, ou seja: (i) considerar-se menos os três estados do sul como a região padrão de interesse dos estrangeiros; (ii) ver menos em São Paulo a terra das oportunidades econômicas; e (iii) buscar entender de maneira mais aprofundada as alternativas muitas vezes semelhantes que estas regiões ofereciam aos estrangeiros. Esta proposição não implica negar a validade das categorias analíticas "*colonização por pequena propriedade*" vs. "*imigração de mão-de-obra*", que clássica e corretamente distinguem a imigração para o sul do Brasil daquela de São Paulo. Trata-se antes de dar um foco comparativo maior às regiões brasileiras, notando-se de maneira mais sistemática as variações de política imigratória dentro de uma mesma província e como estas províncias conectavam-

se entre si em termos imigratórios – através de influências políticas mútuas, de experimentos comuns com regimes de trabalho e colonização, de migração interna de estrangeiros etc. Por sua continuidade entre 1820 e 1920, a imigração alemã para o Brasil parece-me fornecer o arcabouço ideal para esta linha de pesquisa.

### AGRADECIMENTOS

O autor agradece a Eckhard Kupfer, Erny Mugge e Miqueias Mugge pelo convite a tratar do tema da imigração alemã em São Paulo neste dossiê. Em tempos de *lockdown*, não teria sido possível escrever este artigo sem o auxílio de Erika Anderson para o acesso à bibliografia necessária. Os comentários anônimos dos pareceristas e o apoio editorial de Claudia Schemes foram de grande valia. Erros e omissões são naturalmente da minha inteira responsabilidade.

### REFERÊNCIAS

BAINES, D. "European emigration, 1815-1930: looking at the emigration decision again". **The Economic History Review**, Vol. 47 – No. 3, 1994.

BALDINI, K. **Núcleo colonial Campos Salles / Campinas**: um estudo de caso sobre a dinâmica das relações bairro rural-cidades. Campinas: Universidade de Campinas (Dissertação de mestrado), 2010.

BEZERRA, M. C. S. **Imigração, educação e religião**: um estudo histórico-sociológico do Bairro dos Pires de Limeira, uma comunidade rural de maioria teuto-brasileira. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Dissertação de mestrado), 2001.

BOLLE, W.; KUPFER, E. E. (Eds.). **Cinco séculos de relações brasileiras e alemãs**: Fünf Jahrhunderte deutsch-brasilianische Beziehungen. São Paulo: Editora Brasileira de Arte e Cultura (1a edição), 2013.

BORJAS, G. J. "The Economics of Immigration". **Journal of Economic Literature**, vol. XXXII, 1994.

BUARQUE DE HOLANDA, S. "Prefácio do Tradutor". In: DAVATZ, T. **Memórias de um Colono no Brasil (1850)**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1941.

BRUZZI, L. F., MARTINS DE LIMA, D. B.; MARRA PEREIRA, V. B. "German economic strategies for Brazil: autarky and extended economic space in the 1930s". **Journal of Iberian and Latin American Economic History**, vol. 37 – Issue 3, 2019.

CAMPOS, P. M. "As relações do Brasil com a Alemanha durante o Segundo Reinado". **Revista de História USP**, vol. 39 – No. 79, 1969.

CASSIDY, E. S. "The ambivalence of slavery, the certainty of Germanness: representations of slave-holding and its impact among German settlers in Brazil, 1820-1889". **German History**, Vol. 33 – Issue 3, 2015.

CORRÊA DO LAGO, L. A. **Da escravidão ao trabalho livre. Brasil (1550-1900)**. São Paulo: Companhia das Letras (1a edição), 2014.

DAVATZ, T. **Memórias de um Colono no Brasil (1850)**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1941 [1858].

DOMSCHKE, R., OBERMEIER, F., WEVER, H. H. e HUSS, H. P. (2011). **Deutschsprachige Brasilienliteratur**. Publicações sobre o Brasil em língua alemã. 1500-1900. São Paulo / São Leopoldo: Instituto Martius-Staden / Editora Oikos.

DREHER, M. N. "Primeiros alemães no campo". In: BOLLE, W.; KUPFER, E. E. (Eds.): **Cinco séculos de relações brasileiras e alemãs: Fünf Jahrhunderte deutsch-brasilianische Beziehungen**. São Paulo: Editora Brasileira de Arte e Cultura (1a edição), 2013.

FORBES, I. L. D. "German informal imperialism in South America before 1914". **The Economic History Review**, Vol. 31 – No. 3, 1978.

GOODMAN, G. S. "The enduring politics of German-Brazilian ethnicity". **German History**, vol. 33 – Issue 3, 2015.

GRININGER, V. **Imigração suíça em São Paulo: A história da Colônia Helvetia**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Dissertação de mestrado). 1991.

HAAS, H. "The Determinants of International Migration. Conceptualising Policy, Origin, and Destination Effects". **International Migration Institute: DEMIG Project Paper 2**, 2011.

\_\_\_\_\_. "Migration Theory. Quo Vadis?" **International Migration Institute: DEMIG Project Paper 24**, 2014.

HATTON, T. J.; WILLIAMSON, J. G. "Emigration in the long-run: evidence from two global centuries". **Asian Pacific Economic Literature**, Vol. 23 – No. 2, 2009.

HEFLINGER JR., J. E. **Ibicaba: o berço da imigração européia de cunho particular. (Ibicaba: Die Wiege der privat organisierten europäischen Einwanderung)**. Limeira: Editora Unigráfica (1a edição), 2007.

\_\_\_\_\_. **A Revolta dos Parceiros na Ibicaba** (The Rebellion of the Sharecroppers in Ibicaba). Limeira: Editora Unigráfica (1a edição), 2009.

KAMPHOEFNER, W. "Südamerika als Alternative? Bestimmungsfaktoren der deutschen Überseewanderung im 19. Jahrhundert". **Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte / Economic History Yearbook**, Vol. 41 – Issue 1, 2000.

KARASTOJANOV, A. M. S. **Vir, viver e talvez morrer em Campinas**: um estudo sobre a comunidade alemã residente na zona urbana durante o II Império. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Dissertação de mestrado), 1998.

KHOUDOUR-CÁSTERAS, D. "Welfare state and labor mobility: the impact of Bismarck's social legislation on German emigration before World War I". **The Journal of Economic History**, Vol. 68 – No. 1, 2008.

KISLING, W. "A microanalysis of trade finance: German bank entry and coffee exports in Brazil, 1880-1913". **European Review of Economic History**, Vol. 24 – Issue 2, 2019.

KUPFER, E. E.; KUTSCHAT, R. S. G.; ROTHFUSS, D.; FOUQUET, B. **Martius-Staden Jahrbuch**, vol. 61. São Paulo: Instituto Martius-Staden, 2016.

KUPFER, E. E. "Uma viagem pela imigração alemã para o Brasil no século XIX". In: WITZEL DE SOUZA, B. G.; SANTIN GARDENAL, L. A. (eds.). **Ibicaba 200 anos (1817-2017)** – mimeo / no prelo. 2020

MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUCCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. "Theories of international migration: A review and appraisal". **Population and Development Review**, vol. 19 – No. 3, 1993.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **O "milagre alemão" e o desenvolvimento do Brasil (1949-2011)**. São Paulo: Editora UNESP (2a edição), 2011.

OBERMEIER, F. **Brasilien 'für die Jugend und das Volk'**: Kinder- und Jugendliteratur aus und über Brasilien vom 18. Jahrhundert bis in die Mitte des 20. Jahrhunderts. Monografia. 2016. Disponível em: [https://macau.uni-kiel.de/receive/publ\\_mods\\_00001314](https://macau.uni-kiel.de/receive/publ_mods_00001314).

PENNY, H. G. "Historiographies in dialogue: beyond the categories of Germans and Brazilians". **German History**, vol. 33 – Issue 3, 2015.

POLAZ, K. T. M.; BASSANEZI, M. S. C. B. "Porto Feliz: evolução demográfica, imigração e propriedade de terra nos séculos XIX e XX". **XIII Congresso Interno de Iniciação Científica** – Universidade de Campinas, 2005.

PRATT, M. L. **Imperial eyes**. Travel writing and transculturation. Routledge (2ª edição), 2007.

REINHOLD, E. C. **Die Ansiedler von São Paulo**. Berlin: A. Weichert Verlag (5a edição), 1937.

RINKE, S. "Auslandsdeutsche no Brasil (1918-1933): nova emigração e mudança de identidades". **Espaço plural**, Ano IX – No. 19, 2008.

SCHADEN, E. "Aculturação de alemães e japoneses no Brasil (trechos de uma conferência)". **Revista de Antropologia**, Vol. 4 – No. 1, 1956.

SCHELER, C. F. "Beiträge zur Kenntnis des Staates São Paulo und seiner deutschen Niederlassungen". In: Uhle, A. (ed.). **Erstes Jahrbuch für die deutschsprechende Kolonie im Staate São Paulo**. São Paulo: Typographia Adolpho Uhle. 1905.

SCHULZE, F. "'Auslandsdeutschtum' in Brazil (1919-1941): global discourses and local histories". **German History**, vol. 33 – Issue 3, 2015.

SEYFERTH, G. "Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia". **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, No. 25 / 1o semestre, 1988.

\_\_\_\_\_. "Colonização, imigração e questão nacional no Brasil". **Revista USP** – No. 53, 2002.

\_\_\_\_\_. "A dimensão cultural da imigração". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 26 – No. 77, 2011.

SILVA FERREIRA, L. M. "Colonos parceiros e diaristas na colônia de povoamento Dona Francisca (Joinville), no sul do Brasil, 1851-1876". **Working Paper – 7o Workshop de História Econômica**. São Paulo: Insper (*mimeo*), 2020.

SILVA VAROLO, F. R.; RIBEIRO, A. I. M.; FELIX, J. L. **Trajetoária educacional dos imigrantes alemães no interior do estado de São Paulo**. Uma escola alemã na colônia Riograndense: 1922-1938 (Maracáí-Cruzália). Jundiaí: Paço editorial (1ª edição), 2015.

SIRIANI, S. C. L. **Uma São Paulo alemã**: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889). São Paulo: Arquivo do Estado – Coleção Teses e Monografias, vol. 6 (1ª edição), 2003.

\_\_\_\_\_. "A participação alemã na economia brasileira: da *Belle Époque* à *Era Vargas*". In: BOLLE, W.; KUPFER, E. E. (Eds.). **Cinco séculos de relações brasileiras e alemãs**: Fünf Jahrhunderte deutsch-brasilianische Beziehungen. São Paulo: Editora Brasileira de Arte e Cultura (1ª edição), 2013.

THISTLETHWAITE, F. E. "Migration from Europe overseas in the nineteenth and twentieth centuries". *In*: VECOLI, R. J.; SINKE, S. M. (eds.). **A century of European migrations 1830-1930**. Urbana. [1960] 1991.

TSCHUDI, J. J. **Viagem às províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo**. São Paulo / Belo Horizonte: Ed. da Universidade de São Paulo / Itatiaia, Série Reconquista do Brasil, Vol. 14. 1980.

UHLE, A. (ed.). **Erstes Jahrbuch für die deutschsprechende Kolonie im Staate São Paulo**. São Paulo: Typographia Adolpho Uhle, 1905.

VARUSSA, E. R. **Os imigrantes alemães no bairro rural de Ferraz: terra, identidade, memórias e patrimônio cultural**. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP (Dissertação de mestrado), 2017.

VIOTTI DA COSTA, E. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Editora UNESP (4ª edição), 1998.

WILLEMS, E. "Einwanderungsprobleme Brasiliens". **Kyklos**, Vol. 4 – Issue 1, 1950.

WITT, M. A. "Trabalhadores responsáveis pelo progresso... ou agentes político-sociais e formadores de redes? Leituras e visões sobre a imigração no Brasil". **XIV Jornadas Interescuelas / Departamentos de Historia de la Facultad de Filosofia y Letras**. Universidad de Cuyo, Mendoza, 2013.

WITZEL DE SOUZA, B. G. "Subsidies to the history of the German-speaking immigration to the province/state of São Paulo, Brazil (1840-1920)". **Ibero America Institute for Economic Research (IAI) Discussion Papers** – No. 233, 2016.

\_\_\_\_\_. **From bonded laborers to educated citizens? Immigration, labor markets and human capital in São Paulo, Brazil (1820-2010)**. Göttingen: Universidade de Göttingen (Tese de doutorado), 2019.

ZENHA, E. "A colônia alemã de Santo Amaro, sua instalação em 1829". **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, vol. 16, 1950.